

FAVIER, Jean. *Dictionnaire de la France médiévale*. Paris, Fayard, 1993.

KIBBLER, William & ZINN, Grover (eds.). *Medieval France. An Encyclopedia*. New York, Garland, 1995.

Uma das maiores necessidades para os estudiosos da Idade Média são obras de referência que forneçam com segurança e rapidez, informação sobre os milhares de personagens, locais, instituições, técnicas, monumentos artísticos, gêneros e obras literárias, que fizeram a história daqueles séculos. Necessidade antiga, à qual o século XIX já tentava, em parte, responder (CHEVALIER, 1877-1888). Na primeira metade deste século, a erudição francesa elaborou diversos e conhecidos dicionários enciclopédicos muito úteis aos medievalistas, apesar de não dedicados exclusivamente ao período medieval<sup>1</sup>. Nesta segunda metade do século, surgiram em diferentes países dicionários

voltados a vários campos da medievalística<sup>2</sup>. Mais especificamente históricos, apareceram ainda outros dois, um alemão (*Lexikon*, 1977 e ss.) e um americano (STRAYER, 1982-1988).

Mas como essas são obras para especialistas, procurou-se lançar para historiadores em geral, dicionários abrangentes e compactos sobre a Idade Média (GRABOIS, 1980; LOYN, 1989). Ou, numa concepção diferente, não enciclopédica, um dicionário temático-conceitual (LE GOFF e SCHMITT). Sem aderir nem a essa fórmula mais técnica, nem à

1. *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie*, ed. F. Cabrol e H. Leclercq, Paris, Letouzey et Ané, 15 vols., 1924-1953; *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastiques*, ed. A. Baudrillart e R. Aubert, Paris, Letouzey et Ané, 24 vols. (em curso), 1909 e ss.; *Dictionnaire de Spiritualité*, ed. M. Viller, Paris, Gabriel Beauchesne, 15 vols., 1937-1991; *Dictionnaire de théologie catholique*, ed. A. Vacant, E. Mangenot e E. Amann, Paris, Letouzey et Ané, 15 vols., 1903-1972.

2. *Grundriss der romanische Literaturen des Mittelalters*. Heidelberg, Carl Winter-Universitätverlag, 13 vols. (em curso), 1972 e ss.; *Enzyklopädie des Märchens. Handwörterbuch zur historischen und vergleichenden Erzählforschung*, ed. K. Ranke, Berlim, Gruyter, 7 vols. (em curso), 1975 e ss. (obra não medievalística, mas que reserva lugar importante ao período); *The Arthurian Encyclopedia*, ed. N. J. Lacy et alii, New York, Garland, 1986; *Enciclopedia dell'arte medievale*, dir. A. Romanini, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 5 vols. (em curso), 1991 e ss.; *Dictionnaire des lettres françaises. Le Moyen Age*, dir. G. Hasenohr e M. Zink, Paris, Le Livre de Poche, 1992.

abrangência daquela, surgiram recentemente dois dicionários dedicados à França medieval. O primeiro, obra individual, é assinado por Jean Favier, antigo diretor dos Archives Nationales e primeiro diretor da Bibliothèque de France, a ser aberta ao público em outubro do próximo ano. O segundo resulta da colaboração de 207 professores, na maioria norte-americanos, mas também alguns franceses, ingleses, canadenses e holandeses, coordenados por William Kibbler, da Universidade do Texas, e Grover Zinn, do Oberlin College.

O *Dictionnaire* de Favier chama inicialmente a atenção por incorporar novas áreas e novos interesses historiográficos, preocupação pouco usual em obras desse tipo. Assim, por exemplo, ele não descuida da história do corpo na França medieval, abrindo verbetes sobre sua manutenção (alimentação, cereais, pão, especiarias, vinho, gado etc.), sua reprodução (casamento, parto, contracepção), suas disfunções (lepra, escrófula, peste, mal dos ardentes, epidemias), seu imaginário (monstro, sereia, centauro etc.). Ao lado de personagens históricos (reis, nobres, cronistas, abades, teólogos etc.), ele não hesitou em dar espaço a personagens míticos (Melusina, Preste João, Merlin, fada, incubo etc.). O mesmo em relação a animais concretos (carneiro, cão, cavalo, lobo, raposa etc.) e imaginários (unicórnio, grifo, dragão, basilisco, cinocéfalos etc.).

Ao contrário de obras semelhantes, Favier buscou equilibrar as informações. Não considerou apenas elementos da cultura intelectual (escolástica, teologia, universais, lógica, dialética, universidade etc.), mas também da cultura material (vidro, papel, espada, tiara, mobiliário, tecido, luvas etc.). Não desprezou a vida cotidiana (casa, festas, roupas, taverna, armadura, jogos etc.) em favor das instituições (realza, monasticismo, ministeriais, direito de asilo, unção, adubamento etc.). Nem favoreceu a vida econômica (impostos, feiras, moedas, arroteamentos, arado etc.) em detrimento da espiritual (he-

resia, santo, anjo, missa, comunhão etc.). Ou os grandes personagens (Carlos Magno, Anselmo de Laon, Abelardo, Luís IX, Joana d'Arc etc.) diante dos pouco conhecidos (Anseau de Garlande, Gacé Brulé, Adam de Givenchy, Raoulet d'Orléans, Philippe Hugonet etc.).

Também não desprezou as produções literárias “menores” (*Aiol, Amadas et Ydoine, Le comte de Poitiers, fabliaux* etc.) diante das grandes obras (*Roman d'Alexandre, Chanson de Roland, Elucidarium, Tristan* etc.). Ou pequenos mosteiros locais (Ambronay, Cormeilles, Eaucourt, Fontmorigny, Saint-André-au-Bois etc.) frente às abadias importantes (Cluny, Claraval, Conques, Moissac, Vézelay etc.). Nem elementos da arte (afresco, vitral, românico, gótico, *Dame à la Licorne* etc.) diante de elementos da guerra (torneio, artilharia, besta, castelo, gorjal etc.). Ou pequenos centros urbanos (Lescar, Tulle, Vannes, Vaucresson etc.) diante de cidades importantes (Paris, Lyon, Chartres, Toulouse etc.). Tampouco esqueceu pequenos eventos (como as batalhas de Amblève ou de Val de Dunes, os concílios de Clichy ou de Vaison) e fenômenos de muito longa duração (clima).

Apesar do cuidado que de forma geral caracteriza o *Dictionnaire*, aqui e acolá aparecem alguns problemas. Há um verbete “escravidão”, mas não um “escravo”, o que à primeira vista poderia levar a se pensar que Favier privilegia a história institucional mais do que a social. Contudo existe o verbete “servo”, e não o “servidão”. Detalhe ilusoriamente secundário, essa desarmonia na nomenclatura revela hesitações e imprecisões conceituais. A falta de um verbete sobre “liberdade”, não é suprida pela presença de um sobre “livre”. Este termo designava, lembra Favier, aquele que podia escolher seu senhor. Mas, ele precisaria ter completado, escolher o senhor não era manifestação de liberdade. Quando existia, a liberdade era marca de arcaísmo, manifestação de inferioridade política e de indisciplina social. Os mendi-

gos, os vagantes, os judeus tinham liberdade (porque não estavam associados a algum grupo), mas não eram livres (porque não tinham a proteção de um superior) (LOPEZ, 1965, p. 174).

Naturalmente, é impossível se esperar que, em um só volume, ainda que alentado, se possa tratar todos os assuntos cabíveis. É preciso se fazer opções. E elas têm sempre certo grau de subjetividade, como Favier reconhece (p.7). Logo, as críticas a essas opções também não podem deixar de ser subjetivas. Mas podem, devem, partir das próprias escolhas feitas pelo autor. Por exemplo, há um verbete sobre Jó, mas não um sobre Adão. Se aquele primeiro personagem foi objeto de uma obra de Gregório Magno no século VI (*Moralia en Job*), de textos espanhóis do século XI e de representações iconográficas no XIII, o peso teológico e cultural de Adão foi muito maior. Desde a Alta Idade Média circulavam pelo Ocidente cristão diversos apócrifos bíblicos adâmicos. Na Idade Média Central, à medida que se desenvolvia o culto a Cristo (“segundo Adão”), crescia a popularidade do Homem Primordial. É o que atestam a teologia, a onomástica, a iconografia, o teatro. Por isso o dicionário alemão lhe reservou espaço significativo (*Lexikon*, 1977, vol. I, col. 111-117).

Outra opção de Favier, que nos parece não ter sido boa, foi a de excluir toda referência bibliográfica. Ele a justifica, dizendo que a bibliografia é “um instrumento que passa com os anos, e o que teria sido possível para os verbetes mais substanciais, teria rapidamente sido ultrapassado, enquanto os verbetes breves teriam sido atravancados de referências inúteis ao leitor” (p. 9). Decisão importante, que não foi apenas formal. Dispensar uma bibliografia – cuja natureza é ser sempre superada com o tempo – significa implicitamente dizer que com isso se espera uma maior perenidade do próprio dicionário. Ora, para tanto é preciso se deixar de lado questões controversas, debates em aberto, saberes lacunares.

Deve, em outras palavras, se limitar a expor o consensual. A descrever o conhecido, não a explicar, tarefa maior do historiador.

No entanto, Favier bem o sabe, não existe consensualidade nem quanto aos eventos. Estes são, Marc Bloch nos ensinava há mais de meio século, criação dos historiadores. São eles que transformam um material morto, aleatoriamente chegado ao presente do estudioso, em “fonte primária”, em fatos a serem articulados, interpretados (BLOCH, 1993, pp. 106-118). Assim, é sempre imprescindível se saber de onde cada historiador tirou suas informações e idéias. Essa deficiência torna-se mais sentida nos pequenos verbetes, de assuntos pouco estudados, onde uma única indicação bibliográfica poderia ser o ponto de partida para a pesquisa do consulente do *Dictionnaire*. Uma obra desse tipo não deve ser auto-suficiente e autocentrada (verbetes que remetem a verbetes correlatos). Deve ser uma chave-mestra que ajude a abrir infinitas portas da curiosidade intelectual do leitor.

Nesse aspecto, o *Medieval France* de Kibbler e Zinn é mais eficiente. Ele fornece ao leitor indicações não apenas historiográficas, mas também documentais. Contudo, apesar dessas referências se pretendem atualizadas (p. VII), nem sempre o são. Vejamos uns poucos casos. A obra de Jean Beletth é citada pela edição envelhecida da *Patrologia* de Migne (1851), e não pela edição crítica recente de Douteil, no *Corpus Christianorum Continuatio Medievals* (1976). Na bibliografia ao verbete “Liber Sancti Jacobi”, não é citado o estudo mais atualizado a respeito (MOISAN, 1992). Na de “contabilidade”, a obra mais recente citada é de 1937, deixando de lado o maior clássico sobre o assunto (MELIS, 1950, pp. 381-600). Na de “Legenda Aurea”, há uma indicação pouco pertinente (uma edição parcial da tradução francesa de uma única hagiografia) e deixou-se de lado o melhor estudo sobre aquela obra (BOUREAU, 1984). Em “Andreas Capellanus”, a edi-

tora do *Traité de l'amour courtois*, tradução de Claude Buridant, Paris, 1974, é incorretamente indicada como sendo a Champion, em vez da Klincksieck. Em "Literatura apócrifa", são indicadas apenas edições de textos traduzidos em francês medieval, não as versões latinas que circulavam entre os clérigos e que estiveram na base daquelas traduções (CHARLESWORTH, 1983; ERBETTA, 1975).

A quantidade de informação do dicionário americano – provavelmente por ser obra coletiva – é em diversos casos superior à do francês. Por exemplo, "artes liberais" mereceu uma coluna de texto em Favier, mais de cinco em Kibbler-Zinn; "peregrinação" duas colunas e meia num caso, sete e meia no outro. Superioridade quantitativa que em alguns casos implicou nítida diferença qualitativa. Na obra americana, "milenarismo" ou "fabliau", escritos por reconhecidos especialistas (Richard Landes e Norris Lacy, respectivamente) são muito superiores às curtas e simplificadas notícias da obra francesa. Contudo, há ausências estranhas em *Medieval France. An Encyclopedia*. Ausências relativas, como Jerusalém ou Roma, que receberam apenas referências fragmentárias, felizmente identificáveis e reagrupáveis graças a um índice remissivo que nos informa sobre temas que não mereceram verbetes próprios. Ausências absolutas, como as de goliardos, Gautier de Châtillon, Inferno ou Paraíso (apesar de existir o verbete "Purgatório").

O nível de informação das duas obras é comparável. São sínteses bem feitas da historiografia especializada de cada assunto dicionarizado. Existem contudo duas diferenças importantes entre elas. Uma é a

atenção dada ou negada a determinados temas. *Medieval France* se diz, no próprio título, enciclopédica, pretendendo tratar de história "política, econômica, social, religiosa, intelectual, literária e artística" (p.VII). Na verdade concentra-se no político e no literário, dando pouco espaço a temas da história do imaginário e do cotidiano, que são contemplados no *Dictionnaire*. Outra diferença está no recorte de certos objetos de estudo. É o caso, para lembrar um só exemplo, de "vinho". Enquanto Favier prefere falar dele de forma geral, descrever suas funções na civilização medieval, sua produção, sua geografia, seu comércio, Kibbler-Zinn optaram por dois verbetes bem mais específicos, "viticultura" e "comércio de vinho". Por outro lado, enquanto esta última obra trata das outras "bebidas" em um único verbete, aquela primeira reserva entradas especiais para "água", "aguardente" e "cerveja".

Em suma, o trabalho em grupo sugerido por Marc Bloch para se superar limitações inevitáveis quando de um amplo objeto de estudo (BLOCH, 1993, p. 112) foi realizado pelo dicionário americano de forma geral com bons resultados quanto ao rigor e profundidade das informações de cada verbete. Mas, de seu lado, o dicionário francês – seguindo outra lição daquele seu famoso conterrâneo (BLOCH, 1993, p. 84) – é mais criativo, mais diversificado, mais enciclopédico, mais "globalizante". Trata-se, portanto, cada qual na sua concepção, de dois instrumentos de trabalho muito úteis e que, se utilizados complementarmente, podem resolver a maior parte das necessidades do historiador quanto a informações sintéticas, porém precisas, sobre a Idade Média.

Hilário Franco Júnior  
Departamento de História  
FFLCH - USP

## Bibliografia

- BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Ed. E. Bloch, Paris, Armand Colin, 1993.
- BOUREAU, A. *La légende dorée. Le système narratif de Jacques de Voragine*. Paris, Cerf, 1984.
- CHARLESWORTH, J. H. (ed.). *The Old Testament Pseudepigrapha*. Vol. I, Londres, Darton, Longman and Todd, 1983; vol.II, Garden City, Doubleday, 1985.
- CHEVALIER, U. *Répertoire des sources historiques du Moyen Age. Bio-bibliografie*. 4 vols. Paris, Picard, 1877-1888 (reed. New York, Klaus Reprint, 1960).
- ERBETTA, M.(ed.). *Gli Apocrifi del Nuovo Testamento*. 2 vols. Casale Monferrato, Marietti, 1975.
- GRABOIS, A. *The Illustrated Encyclopedia of Medieval Civilization*. Londres, Octopus, 1980.
- LE GOFF, J. e J.-C. SCHMITT (dir.). *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*. Paris, Fayard (no prelo).
- Lexikon des Mittelalters*, Munique-Zurique, Artemis, 6 vols. (em curso), 1977 e ss.
- LOPEZ, R.S. *O Nascimento da Europa*. Lisboa, Cosmos, 1965.
- LOYN, H. (org.). *The Middle Ages. A Concise Encyclopaedia*. Londres, Thames and Hudson, 1989 (trad. bras. *Dicionário da Idade Média*, Rio, Zahar, 1990).
- MELIS, F. *Storia della Ragioneria*. Bolonha, Cesare Zuffi, 1950.
- MOISAN, A. *Le livre de Saint Jacques ou Codex Calixtinus de Compostelle. Etude critique et littéraire*. Paris, Honoré Champion, 1992.
- STRAYER, J. (ed.). *Dictionary of the Middle Ages*. 12 vols. New York, Charles Scribner's Sons, 1982-1988.